

Hic Sunt Dragones: As lições do oceano para navegamos o mundo da Inteligência Artificial

Bruno Carvalho
University of Birmigham, UK. E-mail: <u>Bdc185@bham.ac.uk</u>

Você sente o toque suave da brisa do mar em seu rosto. Ouve o som das gaivotas ao seu redor, enquanto escuta as ondas quebrarem na praia. Você tenta ler o livro ao seu lado, mas essa já é uma batalha perdida frente ao calor da areia. Você decide ir nadar. A sensação da água salgada fria na pele ativa memórias de infância de quando você e sua família decidiam ir à praia.

Ao voltar para areia, um despretensioso olhar para o mar de repente atinge uma sombra gigantesca cruzando o horizonte: um navio mercante transportando as mercadorias que dentro em breve chegarão a sua porta. A criatura colossal continua sua jornada pelo mar; você considera brevemente rastrear seu trajeto no seu celular antes de decidir dar outra chance ao seu livro.

Se você tivesse vivido uma vida de classe média europeia apenas cinco séculos atrás, o oceano quase certamente não teria lhe proporcionado tal contentamento. Provavelmente, teria sido uma fonte de perigo, mistério, medo e oportunidade. O oceano era, na realidade, um habitat selvagem, não governado, povoado por criaturas macabras e ao mesmo tempo exóticas.

Fazer-se ao mar não pressupunha uma promessa de retorno, mas expectativas de doenças, fome, pirataria ou naufrágio: como os antigos cartógrafos escreviam na beirada não mapeadas da terra, "Hic Sunt Dracones": aqui jazem dragões.

Apenas duas fronteiras agora carregam uma mistura tão potente de euforia, medo e incerteza na imaginação popular e política: o espaço sideral e a desenfreada inovação tecnológica. Em 2023, os caçadores de dragões têm seus olhares firmemente voltados para um domínio em particular: a inteligência artificial (IA).

Se existem ou não dragões de verdade, a história política e legal do oceano pode iluminar os desafios trazidos pela IA.

DESTRUIÇÃO MÚTUA (AUTO) ASSEGURADA?

Muito do foco recente em IA é impulsionado pelo ChatGPT. Inúmeros tweets descrevem "prompts" do ChatGPT que "vão te tornar super-humano". Notícias de jornal

publicam histórias sobre como o ChatGPT e outros modelos de linguagem (LLMs), representam um perigo político para a humanidade por causa de sua capacidade sem precedentes de propagar mensagens extremistas apresentadas como fatos. Alguns até prevêem que o ChatGPT poderia extinguir a humanidade gerando uma nova espécie cuja inteligência é maior do que a nossa (dentro de 2 anos!)

O discurso político sobre IA raramente menciona o oceano. Em geral, há mais analogias entre IA e armamento nuclear, especialmente nos discursos políticos oficiais. O Reino Unido e o Japão, por exemplo, nomearam seu recente acordo de cooperação em ciência industrial, inovação e tecnologia de "Acordo de Hiroshima".

Alguns propõem uma instituição semelhante à AIEA em Londres para monitorar o uso da tecnologia digital. Cientistas começaram a conduzir jogos de guerra envolvendo cenários nos quais a IA assume controle sobre códigos nucleares. Alguns até argumentam que um acordo internacional liderado pelos Estados Unidos, semelhante à Convenção de Genebra, é necessário para controlar o potencial apocalíptico da IA, que, ao contrário dos humanos, carece de uma bússola moral.

Mas o que acontece quando paramos de olhar para os exemplos catastróficos das armas nucleares e voltamos nossa atenção, para o oceano, em busca de respostas alternativas para os desafios colocados pela IA?

BEM-VINDO AO OCEANO DE DADOS

A interface mais obvia entre IA e o mar se dá em termos de infraestrutura: uma porcentagem significativa da telecomunicação digital internacional - e, portanto, da informação que sustenta a economia global - flui através de uma série de cabos submarinos.

Mas os princípios que se destinam a governar o oceano podem fornecer analogias interessantes sobre como gerenciar nosso "oceano de dados". Esses princípios se destinam a regulamentar o problema do excesso e abundância do mar, bem como os ganhos ambivalentes trazidos pela interdependência global que o mar condiciona.

Nesse sentido, a natureza dinâmica e movente do oceano, sempre se excedendo em si mesmo, é análogo ao fluxo contínuo de dados que emitimos todos os dias: desde registros de crédito até o movimento oscilante de nossos polegares contra as telas de nossos telefones, estamos constantemente atualizando as narrativas de milhões em nossas timelines de mídia social. O ChatGPT é talvez a "embarcação" mais avançada já produzida para navegar o oceano de dados que nós mesmos criamos.

Assim como a depleção dos estoques de peixes pode comprometer a biodiversidade marinha, a IA pode ser um perigo potencial para os habitantes desse novo ecossistema digital de dados: os humanos.

O Que Deu Certo...

As questões que Grotius e outros levantaram quase quinhentos anos atrás sobre a "liberdade" dos oceanos se aplicam à regulação da IA: Quão "livremente" esses que dados transpiramos todos os dias podem circular? Como os governos devem influenciar o processamento e a distribuição desses dados? Qual papel as empresas privadas e sua relação com o aparelho estatal para regular esse "mar" de dados e análises?

A versão mais recente para essas respostas – ao menos para o "oceano de agua"-está na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). A UNCLOS, juntamente com uma série de acordos internacionais, regula a segurança de navios e portos; suprime ações ilegais contra a navegação; previne a poluição do meio ambiente marinho; assegura a proteção de atividades relacionadas ao leito marinho profundo e desempenha uma série de outras atividades regulatórias.

A governança dos oceanos requer que Estados e organizações não estatais coexistam para garantir a chamada "boa ordem no mar". O resultado é uma complexa teia de interdependência onde navios mercantes operando sob bandeiras de conveniência, transportando bilhões de dólares em mercadorias internacionais, misturam populações, nacionalidades, soberanias e empresas globais.

No entanto, essa série de regulamentos apenas nos oferece uma pequena visão idealizada do quão complexa pode ser a gestão dos oceanos. Outros dragões voltaram a nos assombrar, e que ainda não foram abatidos.

A Mordida do Dragão

O Atlântico já foi o centro de um tipo muito diferente de comércio transnacional: a abominável "Travessia do Meio" por meio da qual escravos africanos eram traficados para as Américas - se sobrevivessem à viagem, é claro. Entre 1501 e 1875, mais de 10 milhões de mulheres, homens e crianças foram vítimas do tráfico transatlântico de escravos.

Após séculos lucrando com a escravidão, o Reino Unido foi um ator importante para a sua própria erradicação. O Parlamento Britânico aprovou uma lei abolindo o tráfico de escravos em 1807, e, em 1833 estendeu tal proibição para a escravidão si em todo o então Império Britânico. O Esquadrão da África Ocidental apreendeu milhares de navios negreiros após 1807. Mas a Marinha Real Britânica, apesar de toda o seu poder naval a época, mostrou-se incapaz de policiar efetivamente o vasto Atlântico Sul. O tráfico transatlântico de escravos persistiu, e países como o Brasil mantiveram a escravidão até 1888 – não sem ajuda de bancos britânicos.

Mas mesmo após sua abolição, a elite brasileira manteve uma "ideologia de branqueamento" que perpetuou muitas das injustiças da escravidão. Naturalistas, historiadores, juristas, jornalistas e médicos procuraram criar uma ideia europeia de raça que não apenas excluía os negros do acesso a qualquer tipo de direito civil, político e social, mas os rotulava como biologicamente inferiores.

As autoridades legislativas do Brasil implementaram proibições contra várias tradições culturais afro-brasileiras. Políticas para aumentar a imigração europeia e incentivar o branqueamento racial foram criadas. Como consequência, descendentes de escravos no Brasil ainda sofrem disparidades socioeconômicas duradouras, como saúde

precária, menor nível de escolaridade, taxas mais altas de encarceramento e contínua discriminação racial.

Navegando Desafios Imprevistos

Portanto, muito antes da UNCLOS, as tentativas de governar o mar geraram efeitos sociopolíticos complexos e imprevisíveis, como a injustiça racial que o tráfico de escravos produziu, e com a qual ainda convivemos hoje. O tráfico transatlântico de escravos e seu impacto no Brasil, é um exemplo da ligação entre a gestão do oceano e o racismo estrutural que vemos atualmente na política internacional.

Essa trajetória política contingente oferece uma abordagem mais abrangente e equilibrada para a IA do que meramente compará-la a armas nucleares e seu modelo de rivalidade entre grandes potências. Transformar o mar, de um ecossistema imaginário de monstros para um complexo conjunto de regulamentos que mantém a estabilidade da economia mundial e nos permite desfrutar de belas férias na praia nunca foi um processo inevitável.

Da mesma forma, adaptar os usos e regulamentos da IA com LLMs cada vez maiores, como o ChatGPT, também trará retrocessos e problemas sociopolíticos imprevistos. Mas desta vez, podemos aprender com centenas de anos de história sobre a governança oceânica, que pode fornecer os melhores mapas para evitar os dragões.